

ESTÓRIAS DE PASTORES: DUAS PERSPECTIVAS ANGOLANAS SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL E AS OUTRAS

Alexandra Santos³³

O texto que se segue decorre da minha contribuição para o colóquio *Diálogos com Ruy Duarte de Carvalho*, que reuniu em Lisboa um grupo de amigos e estudiosos da obra do antropólogo angolano. Não sendo especialista em antropologia, não quis ainda assim perder a oportunidade de partilhar a minha visão acerca de uma figura que estava (estou) a descobrir, e que me fascina pelo alcance teórico. A descoberta de um pequeno conto da década de 1970 abriu-me a possibilidade de estabelecer uma comparação com outro escritor angolano da mesma geração, Pepetela, cuja obra analisara em detalhe para a minha tese de doutoramento (Santos 2011). A coincidência de ambos terem escrito, com um intervalo de quase 30 anos, sobre o mesmo tema, facilitou um exercício comparativo cujo objetivo é salientar a originalidade e pertinência das ideias de Ruy Duarte de Carvalho (RDC) a respeito das identidades coletivas parcelares, ideias essas que se afastam consideravelmente do pensamento da classe dominante angolana, ainda muito marcado por um entendimento literal das palavras de ordem da época da independência: “de Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação”.

Confesso que a análise textual que sigo neste trabalho não é justa para com os dois autores cujos textos me proponho abordar. Comparar obras, opor escritores, identificar sobreposições e distâncias nas abordagens a episódios históricos ou a temas, tudo isto implica ficcionar, já para não dizer forçar, confrontos que não aconteceram. Em minha defesa posso alegar que a intenção é boa – move-me a expectativa de, por meio da comparação, isolar as ideias, as perspectivas, que são próprias de RDC. Também posso justificar-me com o argumento de que estes confrontos me são sugeridos pelos próprios escritores, quando um nome, um enredo, ressoa em mim, como que ecoando um tema anteriormente escutado. Não estaria nem a sugerir transcendências nem a faltar à verdade. De facto, posso dizer que a comparação que aqui apresento e desenvolvo me foi de algum modo imposta ao ler o conto “As Águas do Capembáua”³⁴, de RDC. Sendo o texto absolutamente fiel ao estilo e aos temas de eleição do autor, ao lê-lo fiquei com a sensação de reconhecer o enredo. Como comprovei depois, este

³³ Professora Auxiliar na Universidade Europeia, IADE. Investigadora no Instituto de História Contemporânea, Lisboa.

³⁴ O conto “As Águas do Capembáua” (Duarte de Carvalho 2003 [1977]) será doravante citado usando as iniciais AC, seguidas do número de página.

apresentava fortes semelhanças com uma das linhas narrativas contida no romance *Predadores*³⁵, de Pepetela (2005). Sendo esta obra posterior, sou tentada a depreender que o romance de Pepetela, apesar de não lhe fazer referência, homenageia a narrativa de RDC, transportando o drama do embate entre a cultura pastoril e os latifúndios do tempo colonial para a época da consolidação da economia de mercado, vinte anos após a independência de Angola. O presente texto persegue esta coincidência de enredos, embora foque sobretudo no que separa as duas narrativas. É que, para o meu argumento, as diferenças são mais significativas do que as semelhanças.

*

Predadores, sendo mais recente, foi a obra que li primeiro. Foi publicado em 2005 pela lisboeta D. Quixote e desde então já teve várias reedições. Como acontece com frequência nos romances de Pepetela, *nom de plume* do angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Benguela 1941), *Predadores* constrói-se no cruzamento de várias narrativas, cada uma com as suas personagens centrais. O cenário principal da ação é a Luanda de inícios do século XXI, onde o anti-herói Vladimiro Caposso (VC) persegue e obtém riqueza e poder através da instrumentalização da organização partidária e da exploração das fragilidades de um setor privado fortemente dependente do Estado. O romance denuncia as relações demasiado próximas entre a elite partidária e uma classe empresarial apresentada como abusiva e corrupta, que obtém os seus lucros da distribuição, não da produção, e os gasta e guarda no estrangeiro, de tal modo que a economia nacional nada beneficia da sua atividade. VC personifica um tipo que Pepetela já perseguira em vários romances, desde uma primeira versão, ainda tímida, no novo-rico Senhor Eugénio de *Lueji* (Pepetela 1990, 421-426), e que em *Predadores* assume o papel central.³⁶ Pode dizer-se que neste último romance VC, estereótipo do empresário-parasita-do-sistema, encarna os vícios do processo de transição para a economia de mercado em Angola,³⁷ já resumido como uma “oligopolização de sectores privados politicamente cruciais, tais como bancos, comunicações, diamantes, seguros e transportes, todos geridos de acordo com a prevalecente lógica patrimonialista e clientelista” (Vidal 2008,

³⁵ O romance *Predadores* (Pepetela 2005) será doravante citado usando a inicial P, seguida do número de página.

³⁶ Na década de 1990 esta personagem-tipo desdobra-se e ganha contornos mais definidos em Malongo, o futebolista falhado que se torna empresário em *A Geração da Utopia* (Pepetela 1992, 259-316), e em Carmina, a dirigente partidária que com o fim do socialismo entra no mundo dos negócios, de *O Segredo de Kianda* (Pepetela 1995). Para uma exploração da crítica ao capitalismo de Estado na obra de Pepetela, veja-se Maria Thereza Abelha Alves (2002, 206) e Santos (2011, 254-259).

³⁷ Para uma análise aprofundada do sistema económico angolano e da sua história, será aconselhável consultar, entre outros, os trabalhos de Ricardo Soares Oliveira (2015), Patrick Chabal e Nuno Vidal (2008), Christine Messiant (2008) e Manuel Ennes Ferreira (1995).

149), processo que Pepetela denuncia sistemática e corajosamente desde inícios da década de 1990.

É através deste VC que somos transportados por Pepetela até às paisagens do planalto, no sul de Angola, onde o empresário aproveita o vazio legal em relação às terras de uso comunal para realizar um investimento ostentatório. Exercendo influência política junto do governo provincial, consegue que, a troco de uma quantia ínfima, seja demarcado em seu nome um território “cuja área rivalizava com a de alguns países europeus” (P 126, 262, 277). Imediatamente manda cercar a propriedade, transformando as pastagens e os caminhos da transumância numa luxuosa fazenda de criação de gado, com heliporto e pista de aviação, piscina, campos de ténis e uma enorme mansão. Para cúmulo, represa o rio que a atravessa, para que os eventuais convidados possam “passear à vela” no lago artificial (P 121-125, 131, 271-274). O efeito desta *enclosure* sobre a população local de pastores Nyaneka é imediato e dramático: a cerca corta a passagem às manadas, impedindo pastores e gado de chegarem às pastagens da Serra da Chela, essenciais para a sobrevivência durante os cíclicos períodos de seca; as aldeias a jusante da fazenda ficam privadas de água para o consumo doméstico e a atividade agrícola; a fome e as doenças passam a ser constantes, obrigando muitos a abandonar as terras ancestrais (P 130-133, 336-337). Estão definidos os termos de um confronto opondo VC, que se reclama senhor da terra em nome de um sistema legal que privilegia os direitos de propriedade, à população local, que em nome da tradição reclama direitos de passagem por uma terra que considera de uso comum.

O enredo encenado por Pepetela chama a atenção para o carácter persistente dos conflitos em torno do uso da terra no sul de Angola, cuja origem remonta à vedação das primeiras fazendas em meados do século XIX (Carvalho 2002, 131-137). Um confronto que atravessa todo o período colonial e se mantém até aos dias de hoje. Este confronto, intemporal e de contornos bíblicos, entre sedentários e nómadas já servira de mote a RDC num conto incluído no seu primeiro livro de prosa, um pequeno volume intitulado *Como se o Mundo não Tivesse Leste*. Publicado em Luanda em 1977 pela União dos Escritores Angolanos, foi revisto pelo autor e reeditado pelas Edições Cotovia em 2003, sendo essa versão novamente publicada em formato de bolso em 2008. O enredo do conto “As Águas do Capembáua” segue com pequenas variantes as linhas já apresentadas: um poderoso investidor estranho à cultura local – neste caso um representante do poder colonial – compra e manda cercar uma fazenda no sul de Angola com o intuito de criar ovelhas, “ocupando corredores chave nos itinerários da transumância” e impedindo “o acesso aos pontos-de-água e às pastagens a que o critério dos pastores aponta ao

longo do ano” (AC 25); uma família de pastores, desta vez Cuvale, é obrigada a abandonar a sua *onganda* – residência e centro espiritual – para se instalar fora do perímetro da fazenda, num espaço não consagrado (AC 26); a chegada da periódica seca coloca pressão sobre o gado, que começa a morrer de sede, e sobre os pastores, impedidos pela cerca de chegar aos pastos disponíveis junto da água (AC 29-34, 40-41).

Ambientado na época colonial, o conto explora a assimetria de poder entre colonizadores e colonizados, sem deixar de assinalar que no cerne do sistema colonial existem outras dicotomias e assimetrias. Assim, a impotência dos colonizados encontra um paralelo na dos assalariados perante os patrões, encarnada na incapacidade do feitor da fazenda, R, para resolver o confronto que se avoluma de dia para dia (AC 36-38). Ainda que, “tomado de assalto pelo escândalo da situação” (AC 37), este preferisse derrubar a cerca, permitindo que o gado do vizinho Tchimutengue se alimentasse no pasto disponível, está impedido de o fazer sob pena de provocar a intervenção policial (a visita do cipaio indica-o claramente), que acarretaria necessariamente mortes, deportações e o seu próprio despedimento (AC 40-42). Curiosamente, embora RDC saliente a desigualdade de poder entre as partes envolvidas, descreve um quadro de relações quase ameno, pelo menos por comparação com o que encontramos em *Pepetela*. Em “As Águas...”, feitor, empregados da fazenda e pastores, mesmo quando representam interesses contraditórios, dialogam, enquanto *Predadores* descreve uma total ausência de entendimento entre a população e os guardas sem rosto que no terreno concretizam os caprichos de VC (AC 40, 53).

Com similitudes no enredo e próximas no cenário, à primeira vista as duas narrativas aqui colocadas em confronto também não diferem no desfecho, que em ambos os casos é favorável aos pastores – dois inesperados finais felizes. Mas diferem no peso relativo dos intervenientes e no seu contributo para a resolução da história, o que acaba por mudar radicalmente o seu sentido, como irei argumentar.

No enredo imaginado por *Pepetela*, a personagem-chave na resolução do problema dos pastores é um íntegro e bem-intencionado advogado de Luanda, Sebastião Lopes, que intervém a pedido de uma ONG local cuja missão é defender os direitos dos criadores de gado contra os “nababos de Luanda” que fecham “os pastos e os caminhos com arame farpado” (P 128). Já conhecíamos esta personagem do início do romance, onde surgia como o amigo puro e intelectual de VC, demasiado puro e intelectual para o gosto deste e também para o dos detentores do poder no pós-independência (P 67-68, 75-80, 107, 126), que o prendem em 1976

por envolvimento num movimento considerado esquerdista.³⁸ Fiel aos ideais de juventude, dedica-se a defender legalmente os mais desfavorecidos, o que lhe vale uma reputação de santidade e uma perene falta de dinheiro (P 136, 333-334, 341). O apoio legal que Sebastião Lopes presta à reivindicação feita pela ONG de B. Chipengula, outro antigo preso político, vai resultar numa decisão judicial contra VC, que é obrigado a derrubar parte da cerca, destruir a barragem e pagar uma indemnização aos pastores (P 320-326, 369-370).

A resolução do caso dá-se assim por intermédio, não de uma, mas de duas personagens exteriores ao ambiente e à cultura dos pastores: primeiro o líder da ONG, depois o advogado de Luanda. Ambos os heróis da história pertencem portanto ao ambiente ocidentalizado da capital. E não poderia ser de outro modo, na medida em que a resolução do caso acontece no âmbito de um sistema judicial moldado por uma racionalidade e por técnicas de matriz ocidental, cujo domínio depende de competências linguísticas e académicas apenas acessíveis ao grupo socializado nessa matriz. Por outras palavras, a resolução do problema dos pastores acontece dentro do universo político-jurídico herdado do colonizador, que foi apropriado pelas elites governantes e incorporado nas instituições do Estado, mas que se mantém estranho a parte da população. Por isso é que os heróis são dois cidadãos, pois apenas eles são capazes de compreender as instituições estatais – demarcações administrativas, sistema jurídico-legal, postos executivos – e acionar os seus mecanismos a favor das populações locais. Quanto aos pastores, cabe-lhes uma atitude passiva – eles “não têm defesa nenhuma”, como afirma B. Chipengula (P 128). Podemos compará-los a uma espécie em vias de extinção, cuja sobrevivência está dependente da iniciativa de preservação da espécie dominante; ou a peças vivas de museu, preservadas com o intuito de ilustrar épocas passadas.

A impressão deixada por este desfecho não deixa de ser ambígua. Se por um lado o romance de Pepetela constitui um apelo à proteção dos grupos não integrados nos modos de produção e consumo ocidentalizados, por outro coloca-os em posição de inferioridade face aos portadores da cultura dominante, salientando a sua fragilidade, ineficácia e desadequação face ao mundo atual. Finalmente, não resulta claro por que razão deveriam as culturas pastoris ser protegidas, na medida em que não parecem trazer benefícios a quem as pratica.

O desfecho de “As Águas...” é mais inesperado, ou não seguisse o conto as convenções da literatura de *suspense*. A narrativa organiza-se em torno de um enigma – por que razão abandonou R a fazenda imediatamente após a estranha morte do sul-africano, dilacerado por uma onça (AC 19-21)? É guiada por um narrador participante que recorda acontecimentos de

³⁸ Possivelmente uma referência aos Comités Amílcar Cabral ou aos Comités Henda. Sobre este assunto, ver a tese de Figueiredo (2012).

um passado recente, reconstruindo os contornos da história, de tal modo que o desvendar do mistério não segue a linha cronológica dos acontecimentos, mas antes o passo das descobertas do narrador. Deparamo-nos primeiro com a versão oficial – e ocidental – dos acontecimentos, transmitida ao narrador por R, o feitor da fazenda e principal interveniente, em Londres (AC 23-24). De acordo com esta versão, R tomara a decisão de partir devido ao confronto iminente com os pastores, que precipitara uma tomada de consciência do seu papel de “representante legal do poder que põe e dispõe, ocupa, desocupa, usurpa e domina, assalariado da opressão, instrumento directo da arbitrariedade” (AC 38). Por isso é que nem a chegada inesperada da chuva, que pusera fim ao conflito, nem a fatídica morte do sul-africano, o haviam demovido da decisão tomada (AC 47).

Se na perspectiva de R não havia qualquer relação entre os três acontecimentos simultâneos (ataque da onça, morte do estrangeiro, chuva), o mesmo não acontece na versão que é posteriormente contado ao narrador por outro trabalhador, o capataz José, na própria fazenda onde se deram os acontecimentos. Segundo a leitura feita por José, que vê no real os sinais de um mundo espiritual, a seca seria uma manifestação do desagrado de um espírito antepassado pela deslocação da *onganda*, e para aplacá-lo seria necessária a morte de um agente do poder dominante, como descobriu o adivinho chamado para dar sentido aos acontecimentos, através da interpretação dos sinais (AC 55, 61-66). Como instrumento do sacrifício surge em cena uma “onça”, espécie de leopardo da região, que remete para o universo simbólico de um escritor da predileção de RDC, o brasileiro João Guimarães Rosa.³⁹ Movida pela vontade do antepassado Luna, a onça ronda a fazenda onde R é protegido pelo capataz José, que procura evitar o desfecho trágico (AC 44, 68), até que a fúria do animal se abate, não sobre R, mas sobre outro homem branco, o pesquisador sul-africano. Aplacado o espírito do antepassado por intermédio desta morte, é restaurada a ordem do mundo e das coisas e imediatamente “a chuva chove, abundante e clara” (AC 70).

*

O que separa as duas narrativas até aqui analisadas não é apenas o contexto, uma ambientada no tempo colonial, a outra na época da instalação de uma espécie de economia de mercado em Angola, mas sobretudo a visão dos seus autores a respeito dos grupos que RDC apelidou de identidades coletivas parcelares (1989) e das respetivas práticas culturais.

³⁹ Relativamente à “onça” tenho dois agradecimentos a fazer: o primeiro a um dos comentadores do texto, que gentilmente esclareceu que o nome onça designa uma espécie de gato selvagem do sul de Angola, informação esta que terá sido prestada pelo próprio Ruy Duarte de Carvalho a propósito do poema “Carta dum contratado”; agradeço ainda a um dos participantes brasileiros do Colóquio, que infelizmente não sei identificar, ter-me chamado a atenção para esta marca do autor de *Meu Tio o Iaruretê* (1969) no conto de RDC.

Os romances de Pepetela variam significativamente na forma como representam o apego às identidades coletivas parcelares, oscilando entre a rejeição explícita – como em *Mayombe* (1980), onde estas são associadas ao chamado tribalismo e entendidas como forças retrógradas que impedem o nascimento da nação e do Homem Novo angolano – e uma aceitação condescendente, como em *Predadores*. Esta atitude de Pepetela face às formas culturais ditas tradicionais poderá entender-se como uma aceitação da doutrina do progresso – por via da filiação marxista-leninista? –, a qual implicitamente hierarquiza os povos de acordo com a sua sofisticação tecno-científica, fomentando a etiquetização das sociedades em avançadas e atrasadas, o que não deixa de ter afinidades com um entendimento finalista do sentido da história que facilmente descarta as segundas, as atrasadas, como inconvenientes. É este preconceito que determina que em *Predadores* a solução para o problema dos pastores seja encontrada fora do ambiente do sul de Angola, na capital onde afinal tudo se decide, sendo os agentes dessa bem-intencionada solução antigos militantes marxistas-leninistas, seguidores portanto de uma das variantes da ideologia de progresso... O que não deixa de ser irónico, já que é precisamente em nome do progresso – conceito que na época contemporânea se confunde com a inovação tecno-científica contínua, considerada como um bem em si, independentemente do modo como afeta as condições de vida das pessoas e a sustentabilidade do planeta – é em nome do progresso, portanto, que se instalam no sul as grandes fazendas de criação de gado, que se supõe serem mais modernas e racionais por comparação com formas ancestrais de produção baseadas em modelos de organização ditos tradicionais, por norma comunitários e assentes numa economia da distribuição, da troca e da dádiva.

Pelo contrário, no conto de RDC são os pastores os agentes da mudança, que acontece nos termos da sua própria cultura. A posição dos Cuvale não é a de vítimas indefesas, mas a de injustiçados que repõem a ordem através da técnica que consideram adequada e que dominam – oscultando, interpretando e executando a vontade dos espíritos. O enredo delineado por RDC aceita as formas culturais dos pastores Cuvale nos seus próprios termos, valoriza as suas práticas e crenças, e reconhece a agência dos atores nelas implicados. Evita a armadilha que consistiria em justificar as práticas dos pastores nos termos da cultura ocidental dominante, remetendo-as à categoria de tradição. Entrar em tais justificações seria, na terminologia adotada por RDC em trabalhos posteriores, fazer “o jogo do outro”, implicando a cedência a uma hierarquização implícita que dá como racionais apenas as práticas do universo cultural ocidental, e que remete todas as outras formas de compreensão e ação para a categoria do irracional. É essa hierarquização das mundividências, sobrepondo a europeia à africana, que é

firmemente recusada no conto, iniciado com uma espécie de epifania do narrador; o qual, através da revelação do capataz José, sente ter alcançado um entendimento claro, não apenas dos factos, que “encaixam com tanta justeza uns nos outros”, mas da própria vida (AC, 14).

O que me surge como mais espantoso neste conto de início de carreira de RDC é já aqui se encontrar maturada a atitude de rejeição do ideário hegemónico da classe política angolana, que proclama “um só povo, uma só nação” – replicando as palavras de ordem do Estado Novo, que anunciava um “Portugal uno e indivisível do Minho a Timor” – como se tal afirmação fosse performativa e pudesse apagar séculos de história, durante os quais populações se movimentaram e colidiram, se aliaram e aproximaram entre si, constantemente redefinindo as fronteiras identitárias na relação umas com as outras e com o poder colonial; rejeição que é indissociável do reconhecimento e valorização das práticas culturais dos grupos identitários minoritários, “encapsulados” na sua cultura porque não integrados nos modos de produção ocidentalizados dominantes (2008). Já se encontram portanto em “As Águas do Capembáua” as atitudes que foram constantes ao longo de toda a obra de RDC, enformando quer o trabalho de realizador na Televisão Popular de Angola e no Instituto Angolano de Cinema – o filme *Nelisita* (1982) será porventura o mais conhecido –, quer o trabalho etnográfico sobre os pescadores da Ilha, tema da sua tese de doutoramento em Antropologia Social e Etnologia na EHESS (1986), quer ainda a investigação sobre as populações do sul de Angola, entre os quais os Cuvale. Foi a partir dessa valorização das práticas culturais autóctones que RDC desenvolveu um discurso crítico em relação às tentativas de imposição às populações pastoris de procedimentos e conhecimentos alheios que, apesar de imbuídos de prestígio, se revelam totalmente desadequados em relação às suas necessidades. Denunciou coerentemente a imposição pelos detentores do poder – primeiro os colonos, depois o governo angolano – de um moderno padrão tecnológico de raiz ocidental, orientado exclusivamente para o mercado e descontextualizado, salientando a sua inoperância no quadro de um inóspito, mas não desértico, sul de Angola, para o qual não oferece soluções fecundas, nem do ponto de vista da sobrevivência das populações nem do ponto de vista ambiental. Ou seja, denunciou a atitude provinciana de subserviência – lá está outra vez a tendência para fazer “o jogo do outro” – que leva as elites governamentais a considerar desejáveis e superiores as tecnologias, instrumentos e hábitos propostos pela expansão ocidental, independentemente da capacidade destes para acautelarem de forma harmoniosa a sobrevivência das populações e das paisagens que as sustentam.

Fugindo das tentações de uma teleologia de pendor autoritário orientada por noções de progresso que encantou tantos dos seus contemporâneos, entre os quais Pepetela, bem como da tendência oposta para cair em construtivismos radicais e denunciar todo e qualquer esforço de racionalização, RDC propõe uma visão capaz de acolher a diversidade das mundividências e dos processos civilizacionais. Uma mensagem cuja pertinência não se confina à realidade angolana, nem sequer africana, e que nos tempos intolerantes que correm pode ser de proveito para todos nós, diria eu.

Bibliografia

- Alves, Maria Thereza Abelha. 2002. "O Desejo de Kianda: Crónica e Efabulação". In *Portanto... Pepetela*. Organizado por Rita Chaves e Tânia Macedo. Porto: Chá de Caxinde.
- Carvalho, Ruy Duarte de. 2003 [1977]. "As Águas do Capembáua". In *Como Se o Mundo Não Tivesse Leste*. Lisboa: Livros Cotovia.
- . 1989. *Ana a Manda, os Filhos da Rede*. Lisboa: I. de Investigação Científica Tropical.
- . 2002. *Actas da Maianga. Dizer das guerras em Angola*. Lisboa: Livros Cotovia.
- . 2008. *A Câmara, a escrita e a coisa dita...fitas, textos e palestras*. Lisboa: Livros Cotovia.
- Chabal, Patrick, e Nuno Vidal, eds. 2008. *Angola. The Weight of History*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Ennes Ferreira. 1995. La reconversion économique de la nomenclature pétrolière. *Politique Africaine* 57: 11-26.
- Figueiredo, Leonor. 2012. *Luanda 1974/1975: O Movimento Estudantil*. Lisboa: Sinapsis Editores.
- Guimarães Rosa, João. 1969. "Meu Tio o Iaruretê". In *Estas Estórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Messiant, Christine. 2008. *L'Angola Postcolonial*. 2 vols. Paris: Éditions Karthala.
- Pepetela. 1980. *Mayombe*. Lisboa: D. Quixote.
- . 1992. *A Geração da Utopia*. Lisboa: D. Quixote.
- . 1995. *O Desejo de Kianda*. Lisboa: D. Quixote.
- . 2005. *Predadores*. Lisboa: D. Quixote.
- Santos, Alexandra. 2011. *Nação, Guerra e Utopia em Pepetela (1971-1996)*. Ph.D. diss., Universidade de Lisboa.
- Soares de Oliveira, Ricardo. 2015. *Magnífica e Miserável. Angola desde a Guerra Civil*. Lisboa: Tinta da China.
- Vidal, Nuno. 2008. "The Angolan regime and the move to multiparty politics". In *Angola. The Weight of History*. Editado por Patrick Chabal e Nuno Vidal. Nova Iorque: Columbia University Press.